



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANA

Rua Dr. Tancredo de Almeida Neves nº 176

CEP 14150-000 – Serrana–SP

[www.serrana.sp.gov.br](http://www.serrana.sp.gov.br) - [licitacao@serrana.sp.gov.br](mailto:licitacao@serrana.sp.gov.br) - 16 3489-2801

## DECISÃO PROFERIDA EM RECURSO ADMINISTRATIVO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 244/2024.**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2024.**

**RECORRENTE:** CENTERLAB AMBIENTAL LABORATÓRIO DE ANÁLISE LTDA., já qualificada nos autos.

**RECORRIDA:** SUPREMA TECNOLOGIA ANALÍTICA LTDA., já qualificada nos autos.

O recurso administrativo foi apresentado contra decisão proferida nos autos da licitação em epígrafe, cujo objeto é o *“REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE AMOSTRAGEM E ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICA E MICROBIOLÓGICAS, EM AMOSTRAS DE ÁGUA E EFLUENTE DE FORMA PARCELADA PELO PERÍODO DE 12 MESES.”*

A sessão pública de abertura do Pregão em epígrafe ocorreu no dia 9 de janeiro de 2025, ocasião em que se deu a fase de lances e a habilitação das licitantes declaradas vencedoras.

Ao final da sessão o Senhor Pregoeiro abriu a oportunidade para que as licitantes manifestassem a intenção de interpor recurso. A licitante CENTERLAB AMBIENTAL LABORATÓRIO DE ANÁLISE LTDA., manifestou a intenção de interpor recurso em face da decisão de habilitação da licitante SUPREMA TECNOLOGIA ANALÍTICA LTDA., sob a alegação de que esta estaria impedida de licitar ou contratar em decorrência de penalidades aplicadas por outros entes públicos.

### 1- DA TEMPESTIVIDADE:

Após ser intimada durante a sessão quanto ao início do prazo para a apresentação das razões recursais a recorrente as apresentou dentro do prazo legal.

A recorrida, após ser intimada da apresentação das razões recursais, apresentou suas contrarrazões.

### 2- DAS RAZÕES DO RECURSO:

Em apertada síntese, a recorrente apresenta suas razões recursais alegando que a licitante ora recorrida estaria impedida de licitar e contratar com o município de Serrana, em razão de ter sido declarada inidônea por outro ente público.

Alegou a recorrente:

*“Ocorre que, em consulta à Controladoria Geral da União, verifica-se que a recorrida foi declarada inidônea, com sanção de SUSPENSÃO e de Impedimento de contratar em diversos órgão de governo, assim, não preenche os requisitos de habilitação, devendo ser reformada a r. Decisão que declarou a recorrida como vencedora.”*

Ao final, requer:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANA

Rua Dr. Tancredo de Almeida Neves nº 176

CEP 14150-000 – Serrana–SP

[www.serrana.sp.gov.br](http://www.serrana.sp.gov.br) - [licitacao@serrana.sp.gov.br](mailto:licitacao@serrana.sp.gov.br) - 16 3489-2801

*“Desta feita, diante da declaração de inidoneidade da recorrida, requer pela anulação da r. Decisão que a declarou vencedora a empresa recorrida do Pregão e seja decretada a sua inabilitação.*

*Requer em prosseguimento seja dada continuidade no certame na forma da Lei.*

*Requer seja o presente recurso recebido em seu efeito suspensivo.”*

### 3 – DAS CONTRARRAZÕES:

A recorrente, em sede de contrarrazões, pugnou pela manutenção da sua habilitação no certame. Vejamos:

*“Sem embargo disso, as decisões com relação a penalidade de SUSPENSÃO da Lei 8.666/93 já estabeleceram que a abrangência é apenas nos órgãos sancionadores, o certame em comento é regido pela Lei 14.133/21 que estabelece de modo semelhante em seu artigo 156 o impedimento de licitar e contratar, estabelecendo no seu parágrafo 4º que o alcance de seus efeitos se dará ao âmbito do ente político sancionador.”*

Ao final, requer:

*“Ante todo o exposto, requer-se o recebimento do presente, e que seja NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO ora interposto, com a consequente manutenção da habilitação da Recorrida, declarando-a vencedora do pregão eletrônico em comento, por apresentado a proposta mais vantajosa à Administração e cumprido integralmente todas as exigências de habilitação contidas no instrumento convocatório, prosseguindo com as demais etapas, quais sejam a adjudicação, homologação e convocação para assinatura do respectivo contrato administrativo.”*

### 4 – DA ANÁLISE DO RECURSO:

Passando agora à análise do mérito do recurso apresentado, temos que o cerne da questão gira em torno da decisão que declarou a recorrida habilitada no certame. A recorrente alega que a recorrida não teria preenchido os requisitos dispostos no edital para fins de habilitação, uma vez que possui pendências junto ao cadastro nacional de empresas inidôneas e suspensas.

Não assiste razão à recorrente pois, conforme consta dos autos, as penalizações sofridas pela recorrida geram efeitos apenas e tão somente, no âmbito do respectivo órgão sancionador, não havendo que se falar na extensão de efeitos a todos os entes públicos.

As penalizações impostas à recorrida geraram o impedimento de licitar e contratar e, desta forma, não podem ter os seus efeitos estendidos a todos os entes públicos pois, conforme conta da consulta realizada junto Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, não se está diante de um caso de inidoneidade.

Assim como preconiza a lei 14.133/2021, as sanções de impedimento de licitar e contratar impostas por entes públicos às licitantes ou empresas contratadas devem surtir efeito apenas no ente sancionador, não devendo se estender aos demais.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANA

Rua Dr. Tancredo de Almeida Neves nº 176

CEP 14150-000 – Serrana–SP

[www.serrana.sp.gov.br](http://www.serrana.sp.gov.br) - [licitacao@serrana.sp.gov.br](mailto:licitacao@serrana.sp.gov.br) - 16 3489-2801

Vejamos:

*Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:*

*I - advertência;*

*II - multa;*

*III - impedimento de licitar e contratar;*

*IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.*

*(...)*

*§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.*

*§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.*

Diante de tudo, resta evidente que a recorrida participou do certame com estrita obediência à legislação de regência e às regras do edital, devendo prevalecer assim, os princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório.

O princípio da legalidade preconiza que a Administração Municipal só poderá agir de acordo com as determinações previamente estabelecidas pela legislação. Grosso modo, é correto afirmar que, em razão do princípio da legalidade, a Administração não pode criar, inventar ou distorcer regras, devendo os seus atos serem pautados exclusivamente pelas determinações legais.

A lei nº 14.133/2021 estabelece que somente a sanção que declarar a licitante inidônea a impedirá de licitar ou contratar com todo e qualquer ente que integre a Administração Pública. Desta forma, em respeito ao princípio da legalidade, não pode a Administração Municipal ir além do que estabelece a legislação e estender os efeitos da sanção de inidoneidade à sanção de impedimento temporário de licitar ou contratar.

Já o princípio da vinculação ao instrumento convocatório ou vinculação ao edital possui extrema relevância, na medida em que vincula não só os administrados como também a Administração, às regras por ele estipuladas. Além das disposições legais aplicáveis num procedimento licitatório, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha essencialmente vinculada.

Nas palavras do Mestre Hely Lopes Meirelles temos que:

*"O edital é a lei interna da licitação e vincula inteiramente a Administração e os proponentes." (Hely Lopes Meirelles, "Direito Administrativo Brasileiro", 30a ed., SP: Malheiros, p. 283).*

O edital da licitação ora analisada obedece à legislação de regência quanto ao alcance dos efeitos das penalidades impostas às licitantes. Da interpretação do item 2.9.2. do edital, resta evidente que não poderão participar do certame as licitantes apenas pelo próprio município ou que tenham sido penalizadas com a declaração de inidoneidade por qualquer ente público.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANA

Rua Dr. Tancredo de Almeida Neves nº 176

CEP 14150-000 – Serrana–SP

[www.serrana.sp.gov.br](http://www.serrana.sp.gov.br) - [licitacao@serrana.sp.gov.br](mailto:licitacao@serrana.sp.gov.br) - 16 3489-2801

Vejamos o que estabelece o edital:

*“2.9. Não poderão disputar esta licitação:*

*2.9.1. (...);*

*2.9.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;”*

Desta forma, observado o conceito do princípio da Vinculação ao Edital, resta evidente que em se tratando de regras constantes deste instrumento, deve haver vinculação a elas, tanto pela Administração quanto pelos licitantes.

No caso em tela, restou comprovado que a licitante vencedora do certame cumpriu com as exigências do instrumento convocatório, devendo a sua habilitação ser mantida sob pena de afronta ao princípio da vinculação ao edital.

## **5 - DA DECISÃO:**

Em razão dos fatos e argumentos até então expostos, recebo o recurso interposto, dele conheço porque tempestivo, para, no mérito, negar provimento, com base no Edital do Pregão Eletrônico nº 067/2024, e com base na legislação que rege a matéria, para o fim de manter a decisão que declarou habilitada no certame a recorrida SUPREMA TECNOLOGIA ANALÍTICA LTDA.

Em atenção ao § 2º, do art. 165, da Lei nº 14.133/2021, encaminho estes autos à análise e decisão da autoridade Superior.

Serrana, 31 de janeiro de 2025.

**HUGLY CHARLEY BANDEIRA BOMFIM SEGUNDO**  
**PREGOEIRO**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANA

Rua Dr. Tancredo de Almeida Neves nº 176

CEP 14150-000 – Serrana–SP

[www.serrana.sp.gov.br](http://www.serrana.sp.gov.br) - [licitacao@serrana.sp.gov.br](mailto:licitacao@serrana.sp.gov.br) - 16 3489-2801

## DECISÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 244/2024.**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2024.**

**RECORRENTE:** CENTERLAB AMBIENTAL LABORATÓRIO DE ANÁLISE LTDA., já qualificada nos autos.

**RECORRIDA:** SUPREMA TECNOLOGIA ANALÍTICA LTDA., já qualificada nos autos.

O recurso administrativo foi apresentado contra decisão proferida nos autos da licitação em epígrafe, cujo objeto é o *“REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE AMOSTRAGEM E ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICA E MICROBIOLÓGICAS, EM AMOSTRAS DE ÁGUA E EFLUENTE DE FORMA PARCELADA PELO PERÍODO DE 12 MESES.”*

A sessão pública de abertura do Pregão em epígrafe ocorreu no dia 9 de janeiro de 2025, ocasião em que se deu a fase de lances e a habilitação das licitantes declaradas vencedoras.

Ao final da sessão o Senhor Pregoeiro abriu a oportunidade para que as licitantes manifestassem a intenção de interpor recurso. A licitante CENTERLAB AMBIENTAL LABORATÓRIO DE ANÁLISE LTDA., manifestou a intenção de interpor recurso em face da decisão de habilitação da licitante SUPREMA TECNOLOGIA ANALÍTICA LTDA., sob a alegação de que esta estaria impedida de licitar ou contratar em decorrência de penalidades aplicadas por outros entes públicos.

Dentro do prazo legal, a recorrente apresentou suas razões recursais.

O Senhor Pregoeiro, em decisão fundamentada, entende que o recurso administrativo apresentado não comporta provimento.

Com razão o Senhor Pregoeiro, uma vez que as alegações apresentadas pela recorrente não encontram sustentação, quando confrontadas com os princípios que regem as licitações públicas, com a jurisprudência dos Tribunais, com a melhor Doutrina e com o Edital da licitação em análise.

Diante do exposto, com fulcro na análise efetuada pelo Senhor Pregoeiro, **RATIFICO** a decisão proferida, para o fim de **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso administrativo apresentado pela recorrente CENTERLAB AMBIENTAL LABORATÓRIO DE ANÁLISE LTDA., decidindo pela manutenção da habilitação da recorrida SUPREMA TECNOLOGIA ANALÍTICA LTDA.

Determino que seja dado prosseguimento ao certame, intimando-se os licitantes, dentro do que estabelece a Lei 14.133/2021.

Publique-se e cumpra-se na forma da lei.

Serrana/SP, 31 de janeiro de 2025.

**LEONARDO CARESSATO CAPITELI**

Prefeito Municipal